



Febrero 2019 - ISSN: 1988-7833

BASES PARA A CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA IDEOLOGIA POLÍTICA DE MAIOR REPERCUSSÃO NO PERU: O FUJIMORISMO

Lucas Araújo Monteⁱ

Universidade de Brasília (UNB), Brasil
lucas.monte.bsb@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Lucas Araújo Monte (2019): “Bases para a construção e manutenção da ideologia política de maior repercussão no Peru: o fujimorismo”, Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (febrero 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/cccss/2019/02/ideologia-politica-peru.html>

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender as bases que propiciaram a construção e a manutenção do fujimorismo enquanto ideologia política, bem como os alicerces que o mantêm no cerne da política peruana até os dias de hoje. Ademais, o presente artigo tem como finalidade compreender as principais características do fujimorismo enquanto ideologia política, comparando elementos das gestões de Alberto Fujimori com os discursos e ações políticas dos seus herdeiros políticos; seus filhos, Keiko Fujimori e Kenji Fujimori.

Palavras-chaves: fujimorismo; ideologia política; política peruana; microideologias; herança eleitoral.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender las bases que propiciaron la construcción y el mantenimiento del fujimorismo como ideología política, así como los cimientos que lo mantienen en el centro de la política peruana hasta los días de hoy. Además, el presente artículo tiene como finalidad comprender las principales características del fujimorismo como ideología política, comparando elementos de las gestiones de Alberto Fujimori con los discursos y acciones políticas de sus herederos políticos; sus hijos, Keiko Fujimori y Kenji Fujimori.

Palabras claves: fujimorismo; ideología política; política peruana; microideologias; herencia electoral.

ABSTRACT

This work aims to understand the bases that propitiated the construction and maintenance of Fujimorism as a political ideology, as well as the foundations that keep it at the heart of Peruvian politics up to the present day. In addition, this article aims to understand the main characteristics of Fujimorism as a political ideology, comparing elements of Alberto Fujimori's management with the speeches and political actions of his political heirs; his sons, Keiko Fujimori and Kenji Fujimori.

Keywords: fujimorism; political views; peruvian politics; microideologies; electoral inheritance.

1 INTRODUÇÃO

Pode parecer estranho para um “não-peruano” ler no ano de 2018 uma notícia de jornal e observar como o fujimorismo ainda sobrevive nos dias de hoje, e, sobretudo, como consegue manter uma influência marcante a política peruana. Essa “estranheza” é compreensível, pois, depois de muitas polêmicas no governo do fundador dessa ideologia política – Alberto Fujimori –, como as acusações de crimes contra a humanidade, corrupção, violações de direitos humanos, suborno, autoritarismo, golpe de Estado, entre outras, e de sua condenação e prisão, além da sua destituição do cargo de presidente da República pelo Congresso, a ideologia fujimorista tem se demonstrada tão (ou mais) forte quanto em meados da década de 1990 – auge da popularidade do patriarca do clã.

Este estudo visa compreender as bases que propiciaram a construção e a manutenção do fujimorismo enquanto ideologia política, bem como os alicerces que o mantêm no cerne da política

peruana até os dias de hoje. Ademais, o presente artigo tem como objetivo compreender as principais características do fujimorismo enquanto ideologia política, comparando elementos das gestões de Alberto Fujimori com os discursos dos seus herdeiros políticos; seus filhos, Keiko e Kenji Fujimori.

2 UMA BREVE HISTÓRICA DA POLÍTICA PERUANA E AS BASES PARA O FUJIMORISMO

O surgimento do fujimorismo foi propiciado por fatores históricos, conjunturais e momentâneos, de naturezas política, econômica e social. Desse modo, esta etapa do artigo tem o objetivo de sistematizar as bases mais importantes que possibilitaram o aparecimento do fujimorismo na política peruana.

A histórica da política peruana foi marcada por diversas rupturas democráticas. Somente no século XX, antes da assunção de Alberto Fujimori em 1990, o Peru teve, ao menos, nove governos constituídos a partir de golpes militares, além de outras ocasiões em que o presidente do país foi indicado diretamente pelo Congresso, ou pelo próprio governo militar. Ademais, nesse interregno temporal houve diversas suspeitas de fraudes eleitorais nos sufrágios tido como “democráticos”.

Esse período foi caracterizado também pela perseguição contínua aos partidos políticos considerados “opositores”, bem como pela manutenção de um sistema político-partidário volátil, no qual, nos períodos “democráticos”, restava facilitada a criação de novos partidos. Tal situação culminou no surgimento e desaparecimento de várias agremiações políticas. Os partidos que surgiam, geralmente, mantinham uma ligação personalista com o político que concorria ao cargo de presidente da República. Desse modo, pouquíssimos partidos políticos se mantiveram por um tempo considerável no cenário político-eleitoral peruano (ALTHAUS, 2011).

O contexto econômico-financeiro influenciou para o surgimento do fujimorismo. Já na etapa final do último governo militar da história do país – isto é, na segunda metade da década de 1970 –, o Peru, assim como a maior parte dos países latino-americanos, começou a enfrentar uma forte crise econômica, especialmente por um descontrole nos gastos públicos e pela alta da dívida externa, além da crescente inflação. Tal cenário persistiu durante toda a década de 1980, tendo o seu auge no governo de Alan García (1985-1990), o qual, já num contexto de “falência” financeira do Estado, rompeu com os organismos internacionais, estatizou os bancos, controlou os preços de produtos e serviços e emitiu papel moeda descontroladamente, o que agravou ainda mais a situação do país: a taxa de inflação em 1990 alcançou a astronômica cifra de 7.649,7% (BRCP, 2018).

A conjuntura social peruana desde o final da década de 1970, e, especialmente, durante a de 1980 era, basicamente, de aumento do contínuo da taxa de desemprego e do quantitativo de cidadãos em situação de pobreza. Como consequência, o país passou por diversas greves gerais (e setoriais), além da ocorrência contínua de manifestações populares. Ademais, houve um massivo movimento migratório da população rural para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida, o que agravou ainda mais o contexto social.

Além da questão social, o país enfrentou outro grande problema nacional: a constituição de grupos paramilitares. No início da década de 1980 surgiram as organizações *Sendero Luminoso* (SL) e, posteriormente, *Movimiento Revolucionario Túpac Amaru* (MRTA), que tinham como objetivo, em linhas gerais, a instauração de um novo Estado a partir da luta armada. Durante toda a década de 1980 os dois grupos realizaram diversos atos terroristas no território peruano, que culminaram, inclusive, em muitas mortes.

3 AS ELEIÇÕES E OS GOVERNOS DE ALBERTO FUJIMORI

No ano de 1989 surgiu no cenário político o outsider que iria mudar drasticamente a política peruana: Alberto Fujimori. Ex-reitor da Universidade Nacional, desconhecido engenheiro, manifesto anti-político e sem experiência político-partidária (PEASE; SOMMER, 2013, p. 344), utilizou o sistema então vigente de uma maneira utilitarista – primeiramente os partidos, e, posteriormente, os militares – para conseguir obter seus objetivos presidenciais. Fujimori marcou um novo tipo de representação política no Peru, a representação por identificação – não coletiva, partidária, e, sim, individual –, de modo a abarcar os cidadãos que fogem da tragédia da fragmentação social, gerando nestes um sentimento de representação de um líder político que não se apresenta por meio de mediação (LYNCH, 1999, p. 215-218).

As eleições de 1990 foram, segundo Zapata (2016, p. 109), “las más sorprendentes de la historia reciente”. Cabe recordar que neste período o Peru estava passando por uma forte crise: econômica, de segurança, social e de desprestígio político. Todos esses fatores foram agravados

durante o primeiro mandato de Alan Garcia (1985-1990). Já durante o governo aprista, as principais forças de direita haviam se reunido para lançar um candidato único. Assim, lançaram uma coalisão nomeada como “Frente Democrático” (FREDEMO). O escolhido para disputar o cargo de presidente da república foi uma personalidade já muito conhecida no Peru, e considerado fora do cenário político tradicional (outro *outsider*), o escritor Mario Vargas Llosa (LYNCH, 1999, p. 105-124).

Fujimori começou a disputa com cerca de 1% das intenções de votos. Já Vargas Llosa era o favorito desde as primeiras pesquisas eleitorais (contando com 40 a 50% da aprovação dos eleitores). O escritor peruano defendia abertamente a implementação de políticas neoliberais na economia e na administração pública, e tinha o apoio de empresários, investidores e organismos internacionais, como o FMI (PEASE; SOMMER, 2013, p. 344). No entanto, Vargas Llosa, mesmo com tanto prestígio e apoio do sistema político-partidário, foi para o segundo turno com Fujimori, com uma diferença de vantagem de um pouco mais de 3%. O segundo turno marcou o contínuo crescimento eleitoral de Fujimori, tendo sido eleito Presidente da República pelo movimento político, do qual foi fundador em 1988, “Cambio 90”, com 65,50% dos votos (PEASE; SOMMER, 2013, p. 345-346).

Antes de assumir o cargo, já como presidente eleito, Fujimori “efectuó un viaje a Estados Unidos y luego a Japón. Durante las numerosas reuniones que sostuvo, el presidente fue convencido de la necesidad del ajuste neoliberal” (ZAPATA, 2016, p. 112). Desse modo, mudou radicalmente seu programa, “abandonando, así, sus ofertas electorales y assumiendo el proyecto neoliberal propuesto por su contricante [Vargas Llosa]” (PEASE; SOMMER, 2013, p. 334).

Fujimori iniciou seu governo implementando um *shock* na economia e na gestão da administração pública, de acordo com políticas neoliberais do Consenso de Washington. Na prática, os ajustes estruturais – que se baseavam estritamente nas recomendações do FMI – foram no sentido de liberalizar a economia, assegurar o regular pagamento da dívida externa e cortar os gastos públicos (ALTHAUS, 2011). Não obstante, “las consecuencias de esta nueva política fueron la privatización masiva y la concentración económica a través de monopolios y oligopolios. Así las fabricas establecidas en los últimos años quedaron vacías y los sindicatos resultaron debilitados” (PEASE; SOMMER, 2013, p. 335).

Parte do dinheiro obtido com a venda das 220 empresas públicas, durante os dois períodos do governo de Fujimori, foi revestido em diversos programas assistenciais, direcionado, basicamente, à população mais pobre, a qual havia crescido em números, tanto no governo de Alan García, como, principalmente, após a implementação das primeiras medidas neoliberaisⁱⁱ no Peru. Desse modo, Fujimori firmou uma forte ligação populista com a população mais necessitada do país (ZAPATA, 2016, p. 114).

Fujimori conseguiu aprovar as primeiras medidas neoliberais no Congresso peruano com o apoioⁱⁱⁱ da principal força do legislativo federal, o FREDEMO, uma vez que as políticas econômicas por ele apresentadas eram semelhantes às defendidas em campanha por Vargas Llosa (PEASE; SOMMER, 2013, p. 347). No entanto, “Fujimori quería libertad para proceder a su real arbitrio. Así, condujo varias campañas para posicionar al Ejecutivo como única fuerza sana de un cuerpo político enfermo, inútil y corrupto” (ZAPATA, 2016, p. 114).

Utilizando-se desse discurso, no dia 5 de abril de 1992, Fujimori anunciou que as reformas realizadas não haviam sido suficientes, culpando o Congresso pelo “fracasso”, e, com o apoio dos militares, dissolveu o Congresso e, dentre outras medidas, destituiu a maior parte dos membros dos órgãos superiores do poder judiciário, num claro ato de golpe, ou melhor, “autogolpe”. Dessa forma, instalou-se uma ditadura no país (PEASE; SOMMER, 2013, p. 352-353).

Após uma forte pressão internacional, Fujimori convocou novas eleições para compor um “Congreso Constituyente Democrático”, com o objetivo de elaborar uma nova Constituição Federal. Com o boicote da maior parte dos grandes partidos políticos (FIERRO, 2001, pg. 29), teve êxito nesta disputa eleitoral, elegendo 44 das 80 cadeiras para o Congresso, o que possibilitou a promulgação da Constituição Política do Peru, em 29 de dezembro de 1993, sob a ideologia fujimorista. Ademais, os eleitos para a Assembleia Constituinte continuariam no mandato, como congressistas, até as eleições de 1995 (ZAPATA, 2016, p. 115).

Na Constituição de 1979, havia diversas previsões que colocavam um foco nos princípios de justiça social, na ação do estado para propiciar um desenvolvimento planejado e equitativo do país, na gestão empresarial estatal, no estímulo da economia por parte do Estado para harmonizá-la com o interesse social, e no livre mercado internacional, desde que respeitados o interesse social e o desenvolvimento do país (LYNCH, 1999, p. 226). A Constituição de 1993, por outro lado, direciona, na sua parte reservada à economia, favoravelmente aos princípios de livre mercado, da não intervenção estatal, da não participação do Estado na atividade empresarial, da não supremacia estatal no ramo econômico e na integração total da atividade econômica peruana ao mercado

mundial, ou, nas palavras de Zapata (2016, p. 116), “expresa [...] el triunfo de la economía de mercado, donde el Estado se asigna tan solo un rol subsidiário”.

Com o apoio empresarial, da mídia e da população mais pobre – devido às políticas assistencialistas e personalistas –, além do reconhecimento popular pela desarticulação do Sendero Luminoso (e do MRTA) e do fim da hiperinflação, Alberto Fujimori conseguiu a reeleição presidencial em 1995, no primeiro turno, com mais de 64% dos votos válidos (PEASE; SOMMER, 2013, p. 364). Durante o mandato, continuou com a privatização de empresas públicas e trabalhou no sentido de aprovar constitucionalmente a possibilidade da sua reeleição (ZAPATA, 2016, p. 121-122). No ano de 2000, Fujimori, sob uma interpretação constitucional questionável, participou novamente do sufrágio para o executivo federal, e numa eleição realizada sob diversas denúncias de corrupção e de fraudes eleitorais (FIERRO, 2001, p. 30), foi reeleito, obtendo seu terceiro mandato consecutivo. No entanto, após a divulgação de diversos vídeos de suborno e corrupção por parte do seu principal assessor, Vladimiro Montesinos, Fujimori renunciou ao mandato de Presidente da República, em 19 de novembro de 2000, por meio de um fax enviado desde o Japão (PEASE; SOMMER, 2013, p. 376).

4 A IDEOLOGIA POLÍTICA – DISCUSSÃO TEÓRICA

A tese defendida neste trabalho é a de que, atualmente, o fujimorismo não é somente um período histórico referente aos três mandatos de Alberto Fujimori (1990-2000), senão, também, uma ideologia política vigente e relevante dentro da sociedade peruana. Nesta parte do artigo iremos abordar como se relaciona o conceito de ideologia dentro da política, baseando-se, especialmente, nos aportes do inglês Michael Freeden.

O vocábulo ideologia apareceu pela primeira vez em 1801 na obra do francês Destutt de Tracy, *Eléments d'idéologie*, em pleno desdobramento da Revolução Francesa. Posteriormente, Napoleão Bonaparte utilizou o termo com uma acepção negativa, deixando de representar um cético materialismo científico, e representando uma esfera de ideias abstratas e desconexas (EAGLETON, 1997, p. 71), e, desde então, ganhou contornos e significados distintos. Eagleton (1997, p. 16) cita que há duas correntes de pensamento dentro do termo ideologia: uma linhagem marxista, preocupada com ideais de verdadeira e falsa cognição, com a ideologia como ilusão, distorção e mistificação (MARX, 2010); e outra tradição de pensamento, menos epistemológica que sociológica, cujo foco seria a abordagem da função das ideias na vida social.

Essa segunda vertente tem como precursor a obra *Ideologia e Utopia* do sociólogo húngaro Karl Mannheim, o qual busca descrever e compreender os diferentes tipos de conhecimento que foram produzidos na história das civilizações, sem propor juízos de valores de verdade ou falsidade como foco. Isto é, dá uma centralidade aos elementos culturais e políticos, de modo que seja reconhecida a existência de um pluralismo de posições e concepções de mundo, ou seja, uma sociedade fragmentada, polarizada e composta por uma diversidade de visões de mundo, além de marcada por aspirações heterogêneas (MANNHEIM, 1968, p. 103).

Logo, há um reconhecimento da produção e coexistências de diversas ideologias. Freeden (2013, p. 30) destaca que a teoria que sustenta esse pluralismo de ideologias se tornou importante para a compreensão da sociedade e para o próprio desenvolvimento das “teorias da ideologia” posteriores ao sociólogo húngaro. A partir desses aportes é que se pode observar as ideologias que orbitam em torno da política, por exemplo.

A corrente teórica que analisa as ideologias políticas ganhou o seu contorno atual com a emergência dos denominados estudos pós-estruturalistas, que, dentre outras características, preconiza a negação da possibilidade de se instituir um parâmetro absoluto para a definição do verdadeiro conhecimento (MACKENZIE, 2011, p. 24-25). Assim, o que em uma primeira perspectiva poderia assinalar, mais uma vez, uma tendência para o fim das ideologias, tomou contornos diferentes, especialmente, com o trabalho do inglês Michael Freeden.

O autor inglês parte da premissa que a análise das ideologias, que se organizaram em torno de tradições políticas, deve ser feita a partir da identificação do papel desempenhado por elas na vida política (FREEDEN, 2013, p. 50), ou seja, propõe-se um enfoque de análise funcional. Com base neste critério, apresenta uma definição, não definitiva, do que seria uma ideologia política:

[...] conjunto de ideas, creencias, opiniones y valores que: 1. exhibe un patrón recurrente; 2. es seguida por grupos relevantes; 3. compite por la formulación y el control de planes en materia de políticas públicas; y 4. lo hace con el fin de justificar, oponerse o cambiar las bases y los acuerdos sociales y políticos de una comunidad política (FREEDEN, 2013, p. 50).

O primeiro atributo pode ser entendido como um foco nas tradições dinâmicas que tenham poder de permanência e as que possa manter instituições e práticas que se entrecruzam com a ideologia em questão. Logo, excetuam-se aquelas que se referem somente a efêmeros esquemas idiossincráticos (FREEDEN, 2013, p. 50-51). Desse modo, resgata o caráter da ideologia em Mannheim (1968), portanto, como um produto social. Já a relevância de uma ideologia remete à questão do próprio peso político deste segmento e da importância social atribuída ao seu produtor – tido não como o indivíduo, mas, sim, aos grupos sociais extensos –, além da diferença entre o conjunto de valores e os conflitos entre tal ideologia e outra(s) existente(s) (FREEDEN, 2013, p. 52).

A competição pelo controle de pautas de políticas públicas é, de fato, o que discerne uma ideologia política. Assim, tais ideologias estão voltadas para a arena pública, e, geralmente, competem publicamente com distintos macros programas em matéria de política social e econômica e da gestão da administração pública. Sem embargo, Freedden (2013, p. 52) alerta que “no todo plan formulado por un grupo constituye una ideología pero puede ser interpretado como parte de un diseño ideológico más grande”. O último atributo refere-se à capacidade de a ideologia política influir nos líderes políticos e na opinião pública, tanto por meio da persuasão, quanto pelo convencimento (FREEDEN, 2013, p. 52-53).

Freedden (2013, p. 65-66) trata as ideologias como produtos linguísticos e semânticos, uma vez que estas se expressam, primeiramente, por meio da linguagem. Assim, as palavras (e as combinações de palavras) são portadoras de uma infinidade de significados, que podem indicar algo mais do que está aparentemente representando ou significando. Sem embargo, cabe ressaltar que a interpretação e a compreensão da ideologia ocorrem de diversas formas no mundo (FREEDEN, 2013, p. 67).

Freedden elabora uma dupla divisão analítica das ideologias entre macroideologias e microideologias. As duas são passíveis de um duplo nível de verificação, complementares entre si: tanto por meio uma macroanálise, que permite compreender a perspectiva morfológica das ideologias, tornando-se observável as composições dos principais elementos e conceitos nucleares identificadores, bem como das suas relações internas e externas; e/ou, como se valendo da microanálise, cujo principal foco de exame é o estudo das ideologias como tradições no tempo e no espaço, tendo os próprios aspectos imaginados convertidos em parte da realidade política (2013, p. 102).

As macroideologias são aquelas que possuem um grande alcance e uma ampla difusão geográfica; ou seja, que tem um caráter (ou potencial) global. Assim, predominam, no cenário social e político, tanto em nível nacional como internacional. São ideologias marcadas pela tradição, a exemplo do: Liberalismo, Conservadorismo, Socialismo, Fascismo, Comunismo etc., que competem entre si (FREEDEN, 2013, p. 101). Outro traço marcante que aglutina as macroideologias é a origem: todas surgiram no Ocidente (especialmente na Europa) e influíram, em maior ou menor proporção, o mundo, delineando temas nas mais diversas esferas possíveis, como: democracia, estado, economia, relações sociais.

Por outro lado, as microideologias atuam numa área de alcance menor, ou tratam apenas de assuntos específicos (a exemplo de pautas ambientais). Desse modo, elas podem aparecer em áreas de confluência entre duas ou mais macroideologias existentes, bem como podem surgir por si só. Além disto, possuem uma maior diversidade entre elas e, muitas vezes, desaparecem num curto espaço de tempo (FREEDEN, 2013, p. 117). O autor inglês define microideologia como:

“[...] aquella que, al igual que las ideologías convencionales, posee una morfología indetectable pero, a diferencia de las ideologías convencionales, se trata de una morfología restringida. Se halla desvinculada de otros contextos ideacionales más amplios ya que elude o sustituye muchos conceptos que deberían estar incluidos en una ideología. No abarca todo el conjunto de cuestiones de una macro-ideología, y se muestra limitada en sus ambiciones y campo de interés” (FREEDEN, 2013, p. 121).

5 O FUJIMORISMO E SUAS CARACTERÍSTICAS – ANÁLISE EMPÍRICA

O fujimorismo possui algumas características na sua composição que podem ser analiticamente identificadas tanto na época dos governos de Alberto Fujimori (1990-2000) como nos dias de hoje. Neste trabalho relacionamos quatro atributos do fujimorismo com o objetivo de observar como esses traços se inter-relacionam com a política, tomando como base esses dois momentos históricos distintos. Em outras palavras, utilizando-se dos aportes de Freedden (2013), busca-se identificar como o fujimorismo se constitui como ideologia política.

5.1 Neoliberalismo

Alberto Fujimori foi eleito com uma proposta contrária à de Vargas Llosa, ou seja, era contrário as medidas neoliberais. No entanto, adotou as medidas do Consenso de Washington, e continuou com a mesma postura durante os três mandatos. Ademais, trouxe a ideologia fujimorista, no que diz respeito ao aspecto econômico-financeiro, para o centro da hegemonia. Isto é, adotou as políticas neoliberais de modo que estivesse conformado com o establishment. Desse modo, agradando aos EUA, países da Europa Ocidental, organismos financeiros internacionais e grandes empresas multinacionais, pôde focar nas questões “internas” à sua maneira, sem se preocupar tanto com a “opinião” internacional (ALTHAUS, 2011, pp. 93-96).

Em tempos recentes, pode-se tomar como base as propostas de Keiko Fujimori (filha e principal herdeira política de Alberto Fujimori) para as eleições presidenciais de 2011 e 2016, tendo em vista que ambas não preconizavam nenhuma mudança ao sistema econômico vigente. Pelo contrário, o plano de governo de Keiko de 2016 se inicia ressaltando a “herança” das medidas neoliberais do pai:

El Perú de hoy no puede entenderse sin un análisis comprehensivo de sus últimos 25 años de historia, es decir desde que el Fujimorismo llegó al poder a inicios de los noventa y transformó las bases económicas y sociales del país. Hasta 1992, la Constitución de 1979 había cumplido 13 años de vigencia y reflejaba la visión de los partidos políticos tradicionales. [...] La Constitución de 1993 y las reformas hechas a su amparo fueron el punto de partida de la transformación del país. Es evidente que su modelo ha producido efectos positivos. En los últimos 15 años, hemos vivido pues, una época de bonanza económica sobre las bases de la Constitución de 1993 y una situación externa que nos ha resultado muy beneficiosa.

Por mais que o neoliberalismo seja ligado à uma macroideologia (liberalismo), isso não inviabiliza, segundo Freedon (2013), a composição de uma microideologia (fujimorismo), uma vez estas orbitam entre uma ou mais macroideologias sem perder a sua gênese. Isto, inclusive, é uma das características das microideologias, como o fujimorismo: a apropriação de elementos de outras macroideologias ou, até mesmo, de microideologias, visto que possuem uma limitação na sua própria composição, pois se fossem “completas” seriam uma macroideologia, e não o contrário.

5.2 Apartidarismo

Alberto Fujimori surgiu (na política) a partir de um contexto de debilidade partidária, e foi eleito a partir de um discurso contrário ao sistema político-partidário. Inclusive, deu um “autogolpe” de Estado sob a justificativa de que o sistema político estava “corrompido”, e que estava dificultando a implementação das medidas necessárias para o avanço do país. Além disso, cabe destacar que, com a Constituição Política do Peru de 1993, sufocou ainda mais os partidos políticos. Obviamente, não criou durante os seus três mandatos nenhum dispositivo legal que favorecesse o protagonismo dos partidos políticos (ALTHAUS, 2011).

A fim de se desvincular de uma tradição partidária, nas três eleições disputadas, Alberto Fujimori, utilizou um nome diferente de agremiação política em cada pleito (Cambio 90, Nueva Mayoría, Vamos Vecino, Perú 2000). Tal fato ocorreu posteriormente com os herdeiros do fujimorismo, especialmente nos anos de 2011 e 2016, que, sua filha, Keiko Fujimori se candidatou à presidência da República (Alianza por el Futuro^{iv}, Fuerza 2011 e Fuerza Popular) (JNE, 2011; JNE, 2016).

Atualmente, a principal representante do fujimorismo, Keiko Fujimori, é tida como uma líder de postura antidemocrática dentro do seu próprio partido (VILLAGARCIA, 2016). No ano de 2017, Keiko tomou medidas de modo que não fosse concedido o indulto para o seu pai, Alberto Fujimori, com o receio de perder o protagonismo no partido.

Nas eleições de 2016 eliminou da lista parlamentar os “fujimoristas” de longa data, a fim de manter seu poder sob uma “nova” geração. No entanto, Keiko não contava com a crescente liderança do seu irmão, Kenji, dentro do partido, o qual articulou a concessão de indulto para o pai, contrariamente às pretensões de sua irmã. Keiko, mesmo sem cargo político, reuniu a maioria do partido e do legislativo e expulsou o irmão do partido, além de ter articulado dentro do Congresso a instauração de um processo para a perda do mandato do irmão.

Kenji mantém a tradição e anunciou a criação de um novo partido para concorrer em 2021: Cambio 21 (semelhante ao primeiro partido do pai, Cambio 90). Kenji deixa claro as bases do partido novo: “He decidido formar un partido político que recoja los grandes intereses y necesidades que

atraviesa el pueblo peruano y que esté totalmente al margen de la politiquería barata que tanto daño hace el país, [...], sin desconocer a su líder fundador, Alberto Fujimori” (EFE, 2018). Observa-se um estreito vínculo à figura de Fujimori e a contínua crítica aos partidos e à classe política.

Por outro lado, mesmo com a evocação do apartidarismo, há uma busca política (e partidária) pelo controle de pautas públicas, o que, segundo Freedon (2013), é uma das principais características de uma ideologia política.

5.3 Autoritarismo

Alberto Fujimori antes de assumir a presidência fez uma aliança com as Forças Armadas, intermediada pelo seu principal assessor, Vladimiro Montesinos. Essa união durou até o final do mandato. Ou seja, sempre governou respaldando-se na “força” estatal. A partir do órgão de inteligência estatal (SNI) eliminou “adversários” em todos os campos, como político, midiático, sindical, estudantil, empresarial etc. Ademais, atuou com um grupo de extermínio “Colina”, a fim de eliminar opositores (ALTHAUS, 2011, p. 97-102). Como já citado, promoveu um “autogolpe”, fechou o Congresso e destituiu membros dos Tribunais Superiores.

No campo da segurança, entrou em guerra contra o Equador, bem como logrou êxito em desarticular o SL e o MTRA (grupos armados). Tais fatos foram explorados massivamente nas campanhas eleitorais.

Keiko, nas campanhas de 2011 e 2016, manteve um discurso semelhante às origens do fujimorismo quanto ao combate à delinquência: perspectiva marcadamente repressiva, isto é, aumento de penas e diminuição dos benefícios de redução de pena (VILLAGARCIA, 2016, p. 17). Dentro do *Fuerza Popular* é tida como uma personalidade autoritária, ou seja, nada democrática. Por carregar o “DNA” fujimorista mantém um caráter personalíssimo na agremiação; impõe a palavra final. Kenji, por outro lado, utilizou-se do mesmo *modus operandi* do seu pai: suborno de parlamentares para conseguir votos. No entanto, foi gravado pelo Congressista Mamani, e sua irmã, Keiko, agiu, com o mesmo autoritarismo, divulgando o vídeo e articulando a destituição do irmão do cargo de congressista.

O padrão recorrente do modo de agir dos três principais representantes do Fujimorismo é outro traço que distingue uma ideologia política, nos termos de Freedon (2013). Assim, a postura autoritária é, sem dúvidas, mais uma característica do fujimorismo enquanto ideologia política.

5.4 Populista

Alberto Fujimori, em que pese seu currículo acadêmico, ingressou na campanha de 1990 com uma linguagem “simples” e “popular”. Diferentemente de seu adversário, Vargas Llosa, que logo teve a percepção da população mais pobre de que representava os interesses das mesmas elites. Fujimori não se comportava como um político “clássico”. Participou de vários programas televisivos e eventos públicos manifestando um caráter despojado; alheio às formalidades do meio político; demonstrou ser uma figura carismática.

Fujimori mantinha um discurso de crise “eterna”. Sempre havia algum alvo para direcionar os seus discursos. Buscava focar ofensivamente o discurso em determinados culpados para as “crises”. Reforçava durante toda a sua gestão que não fazia parte da classe política. Ou seja, manifestava continuamente o “antipolítico”. Assim, criou uma ligação personalíssima entre ele e boa parte da população (especialmente a mais pobre);

Com o dinheiro, sobretudo, da venda das 220 estatais, manteve diversos programas de cunho social direcionados para a população mais pobre. No entanto, a aplicação desses recursos ficou a cargo do próprio gabinete de Fujimori, criando um vínculo personalista (paternalista), por meio de ações governamentais, com a população. Já no momento de maior “crise institucional”, isto é, pós “autogolpe”, utilizou do referendo popular para demonstrar o seu poder. Governou sempre se respaldando nas pesquisas de aprovação de governo (ALTHAUS, 2013).

Keiko viveu mais de 10 anos nos EUA, tendo estudado em Universidades privadas de renome, mas nas suas campanhas sempre focou nos grupos mais pobres, utilizando-se, igualmente ao seu pai, de uma linguagem “simples” e “informal”. Ademais, por vezes utiliza-se de um discurso que irá lutar contra uma “crise” que assola o país (VILLAGARCIA, 2016).

A fim de não ter um “choque” geracional dos adeptos do fujimorismo, Kenji desde as eleições de 2011, quando tinha 30 anos, e foi o mais votado da ocasião, liderou a juventude do partido; igualmente utilizava de linguagens direcionadas ao seu público alvo. Ou seja, utilizando-se de ações populistas criou um vínculo personalista com parte da população mais jovem peruana.

Keiko, nas duas campanhas presidenciais (2011 e 2016), utilizou-se do mesmo método populista do seu pai: foco nas zonas pobres e rurais e utilizando vestimentas típicas de cada lugar que foi visitar. Ademais, Keiko mantém um discurso dual parecido ao do seu pai: que o Estado está

ausente nas áreas pobres (um discurso para manter o “paternalismo”), mas, ao mesmo tempo, para a classe média, de que se deve manter a liberdade de mercado para que possa haver um respeito aos direitos individuais, e propiciar uma “competição” entre os indivíduos para alcançar os seus objetivos (VILLAGARCIA, 2016).

A ideologia fujimorista absorveu bem a ideologia populista, de modo que o populismo faz parte do próprio fujimorismo. Esse incremento viabiliza ao fujimorismo a possibilidade de influir, especialmente, na maior parte da população, tanto por meio de vínculos assistencialistas/paternalistas, e, até mesmo, por meio da persuasão e do convencimento; outras características, segundo Freedden (2013), que compõe uma ideologia política.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou os principais motivos que propiciaram a eleição de Fujimori, bem como os traços mais marcantes dos seus três governos que permitiram o estabelecimento do fujimorismo como uma microideologia dentro da política daquele país. Ademais, apurou-se, dentre algumas características do fujimorismo, a inclinação ao neoliberalismo, à manutenção de um discurso apartidário e apolítico, à atos e propostas de cunho autoritário e à uma orientação populista. No entanto, ressalta-se que tais características não são exaustivas, e que há outras que poderiam ser, igualmente, analisadas.

O fujimorismo, atualmente, está ancorado além da figura do seu criador, Alberto Fujimori, e representa uma ideologia política de grande relevância dentro da sociedade peruana. Prestes a completar 30 anos de existência é, por meio do partido *Fuerza Popular*, o grupo que tem o maior número de congressistas eleitos no país, bem como é a agremiação que tem mais *presidentes regionales* eleitos (governadores) (INFOGOB, 2018). Logo, pode-se afirmar que o fujimorismo é a ideologia política peruana que tem a maior repercussão na política daquele país em número de eleitos em postos chaves.

O fujimorismo não pode ser tratado apenas como o período governado por Alberto Fujimori (1990-2000), e tampouco como um “nome” apropriado pelos os seus herdeiros políticos (Keiko e Kenji), senão como uma ideologia política (microideologia) possuidora de todas as características inerentes a esse tipo “ideológico”. Logo, qualquer análise política e social que tenha como objeto a política peruana não pode desprezar o peso do fujimorismo enquanto ideologia política.

No dia 07 de outubro de 2018 serão realizadas as eleições regionais e municipais no Peru, que apesar de configurar um sistema político alheio ao em nível federal (MONTE, 2018), pode reafirmar a importância do fujimorismo enquanto ideologia política daquele país. Ou seja, é mais um termômetro para observar o crescimento (ou não) dessa microideologia peruana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BCRP (Perú); Banco Central de Reserva del Perú. Estadísticas [Internet]. Disponível em: <www.bcrp.gob.pe/estadisticas/cuadros-anales-historicos.html>. Acesso em: 09 jun. 2018.

EAGLETON, Terry. **Ideologia. Uma introdução**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997

EFE. Agência EFE. Edición América. Disponível em: <<https://www.efe.com/efe/america/politica/kenji-fujimori-anuncia-la-creacion-de-cambio-21-su-propio-partido-politico/20000035-3559318>>. Acesso em: 02 jul. 2018.

FREEDDEN, Michael. **Ideología: una brevísima introducción**. Cantabria: Ediciones Universidad Cantabria, 2013.

INFOGOB (Perú); Observatório para la gobernabilidad. Partidos [Internet]. Disponível em: <<http://www.infogob.com.pe/Partido/ficha.aspx?IdOrgPol=2235&IdTab=0>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

JNE (Perú); Jurado Nacional de Elecciones. Elecciones Generales 2011. Estadísticas y Resultados [Internet]. Disponível em: <http://portal.jne.gob.pe/informacionelectoral/estadisticaelectoral/6_10.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2018.

JNE (Perú); Jurado Nacional de Elecciones. Elecciones Generales 2016. Estadísticas y Resultados [Internet]. Disponível em: <

<http://portal.jne.gob.pe/informacionelectoral/estadisticaelectoral/Estadisticas%20de%20las%20Elecciones%20Generales%202016.pdf> >. Acesso em: 17 jun. 2018.

LYNCH, Nicolás. **Una tragedia sin héroes. La derrota de los partidos y el origen de los independientes. Peru, 1980-1992**. Lima: UNMSM, 1999.

MACKENZIE, Ian. **Política: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2011.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã e as Teses sobre Feuerbach**. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. 9ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2010.

MONTE, Lucas A. (2018). **Partidos em Crise e o Boom dos Movimentos Regionais Peruanos**. In: Almanaque de Ciência Política, Vitória, vol. 2, n. 1, pp. 01-22.

PEASE, Henry; SOMMER, Gonzalo. **La política en el Perú del siglo XX**. 1ª ed. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2013.

PERÚ. Constitución Política (1979). Constitución de la República del Perú. Disponível em: <<http://www4.congreso.gob.pe/comisiones/1999/simplificacion/const/1979.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

PERÚ. Constitución Política (1993). Constitución de la República del Perú. Disponível em: <<http://www4.congreso.gob.pe/ntley/imagenes/Constitu/Cons1993.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

PLAN DE GOBIERNO DE FUERZA POPULAR. 2016 – 2021. Keiko Sofía Fujimori Higuchi. **Plan Perú**. Fuerza Popular. Disponível em: <<http://gestion2.e3.pe/doc/0/0/1/2/7/127397.pdf>>. Acessado em 13 de jun. 2018.

ZAPATA, Antonio. **Pensando a la derecha: historia intelectual y política**. 1ª ed. Lima: Editorial Planeta Perú, 2016.

ⁱ Pesquisador do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (ELA/UNB – Brasil); Doutorando em Ciências Sociais (ELA/UNB); Mestre em Ciências Sociais (UNB/DELA); Pesquisador e docente do ISCP (Brasília/Brasil). E-mail: lucas.monte.bsb@gmail.com.

ⁱⁱ Após o *shock* econômico implementado por Fujimori, a população em estado de pobreza passou de cerca de sete milhões para treze milhões (PEASE; SOMMER, 2013, p. 338).

ⁱⁱⁱ O Cambio 90, de Alberto Fujimori, além da Presidência da República, elegeu somente 32 deputados (num total de 180) e 14 senadores (das 62 cadeiras disponíveis).

^{iv} Nestas eleições Keiko se candidatou ao cargo de Congressista, tendo sido a eleita com o maior número de votos no país (INFOGOB, 2018).